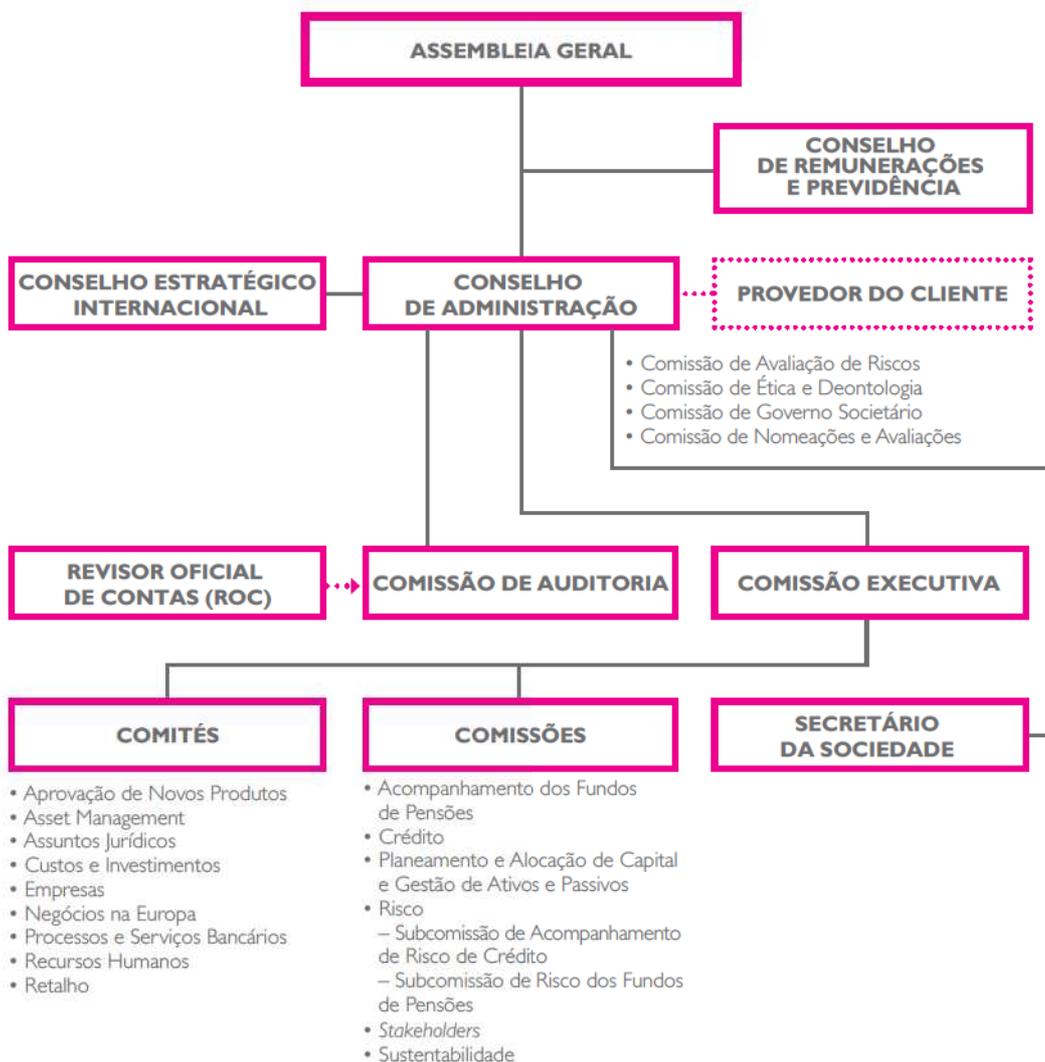


MODELO DE GOVERNANCE

Em 28 de fevereiro de 2012, realizou-se uma Assembleia Geral de Acionistas do Banco Comercial Português, S.A., tendo sido aprovada a alteração e reestruturação do contrato de sociedade, que se consubstanciou na adoção de um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração e respetiva Comissão Executiva (órgão de gestão corrente do Banco), Comissão de Auditoria, integrada, nos termos da lei, unicamente por administradores não executivos, e pelo Revisor Oficial de Contas. Foi ainda criado um Conselho Estratégico Internacional, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento da estratégia de expansão internacional do Banco e do Grupo, ao qual compete analisar e refletir sobre a referida estratégia, acompanhando a evolução e a implementação da mesma.

Na mesma Assembleia, foram eleitos os membros dos novos órgãos e corpos sociais para o mandato 2012-2014. Em resultado do Plano de Recapitalização adotado pelo Banco, e nos termos legalmente previstos, o Estado nomeou, em 3 de dezembro de 2012, dois membros não executivos para o Conselho de Administração, para exercerem funções durante o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios do Banco. O Relatório Anual do Banco Comercial Português inclui uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos, a qual se encontra detalhada no Relatório sobre o Governo da Sociedade, sendo de referir que os administradores não executivos não se depararam com quaisquer eventuais constrangimentos ao desenvolvimento da sua atividade societária.

ORGANOGRAMA DO MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO DA SOCIEDADE



REFORMULAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O Millennium bcp procedeu a uma reformulação da sua estrutura organizativa, implementada no mês de dezembro de 2012.

A adaptação das estruturas do Banco às necessidades e ao contexto de mercado foi o principal objetivo da reestruturação, traduzindo-se num aumento do nível de eficácia organizativa, através do aligeiramento da estrutura, com a redução do número de chefias, aumento do *span of control*, menor fragmentação de áreas, redimensionamento da estrutura de apoio central e eliminação de duplicações de competências. Como resultado, a estrutura diretiva do Banco tornou-se mais ligeira, permitindo uma maior proximidade dos Colaboradores às chefias de topo, um aumento da responsabilização das equipas e facilitando alguma renovação da liderança. As alterações tiveram um impacto transversal na Organização, tanto nas áreas comerciais como nos serviços centrais, e conduziram a ligeiras alterações nos pelouros dos administradores da Comissão Executiva.

O novo modelo organizativo implicou um redimensionamento do quadro de Colaboradores em linha com *benchmarks* de produtividade médios na indústria, a otimização da rede de Retalho e foco na função de Marketing, um novo modelo de gestão nas empresas com simplificação da estrutura, um ajuste do modelo de banca corporativa para potenciar sinergias entre negócios e geografias e a racionalização das áreas centrais e corporativas, capturando sinergias funcionais.

Em termos de áreas com reporte direto à Comissão Executiva, as principais alterações foram a integração em Direções existentes da Direção de Participações Financeiras, Direção de Crédito Especializado, Projeto M, Desk Oriente, Secretaria Geral, Direção de Cartões, Interfundos, Gabinete de Prevenção e Segurança e as Direções Regionais da Madeira e Açores. Assistiu-se à fusão da Direção de Qualidade com a Direção de Apoio à Rede e das áreas financeiras numa única Direção, agregando a Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, a Direção de ALM e o Gabinete de Estudos. Ao mesmo tempo, criaram-se, através da autonomização de funções, a Direção de Marketing de Empresas, a Direção de Controlo de Custos e Performance, a Direção de Residentes no Exterior e a Direção de Large Corporate.

IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:	António Vítor Martins Monteiro
VICE-PRESIDENTES:	Carlos José da Silva Nuno Manuel da Silva Amado Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
VOGAIS:	Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto André Luiz Gomes António Luís Guerra Nunes Mexia António Manuel Costeira Faustino António Henriques de Pinho Cardão Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor (*) César Paxi Manuel João Pedro Jaime de Macedo Santos Bastos José Jacinto Iglésias Soares João Bernardo Bastos Mendes Resende João Manuel de Matos Loureiro José Guilherme Xavier de Basto José Rodrigues de Jesus (*) Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas Miguel de Campos Pereira de Bragança Miguel Maya Dias Pinheiro Rui Manuel da Silva Teixeira

(*) Membros nomeados pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios.

Os títulos do BCP registaram uma queda de 14,8% no cômputo do ano, o que compara com uma valorização de 9,8% do PSI Financials para o setor financeiro. Além da conjuntura macroeconómica muito adversa, o comportamento do título foi muito condicionado pela incerteza relativamente à situação grega e ao plano de recapitalização do Banco, nomeadamente no que respeita às condições do aumento de capital. No último trimestre, com a melhoria das perspetivas macroeconómicas e a conclusão com sucesso do aumento de capital, o título BCP registou uma recuperação muito acentuada, insuficiente, no entanto, para permitir fechar o ano em terreno positivo.

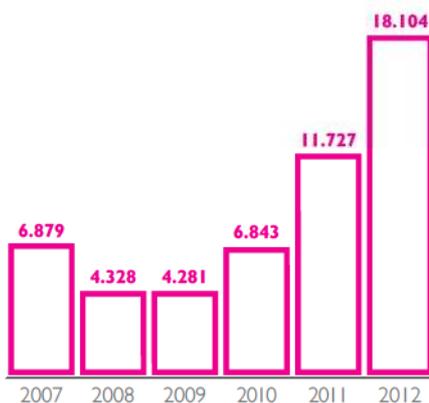
AUMENTO DE CAPITAL

Na sequência da aprovação do Plano de Recapitalização do Banco na Assembleia Geral de Acionistas de dia 25 de junho de 2012, o Banco Comercial Português, S.A. realizou um aumento de capital de 3 mil milhões de euros para 3.500 milhões de euros, através da emissão 12.500 milhões de ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de 0,04 euros, com reserva de preferência dos Acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

No exercício de direitos de subscrição foram objeto de subscrição proporcional 12.117.641.349 ações, representativas de cerca de 96,94% do total de ações a emitir no âmbito da Oferta, tendo ficado disponíveis para rateio 382.358.651 ações. Os pedidos suplementares de ações sujeitos a rateio totalizaram 8.281.476.975 ações, excedendo cerca de 21,7 vezes a quantidade disponível para o efeito.

EVOLUÇÃO DA LIQUIDEZ

Base anual (milhões de ações)



Fonte: Euronext.

LIQUIDEZ

Em 2012, registou-se um aumento significativo da liquidez do título BCP, que continua a ser um dos títulos mais transacionados do mercado português e o título com maior liquidez do setor financeiro.

Foram transacionadas cerca de 18.104 milhões de ações durante 2012, o que representa um aumento de 54% face ao ano anterior e corresponde a um volume médio de 70,7 milhões de ações (45,6 milhões no ano anterior). O índice de rotação de capital manteve-se como um dos mais elevados entre as empresas do PSI 20, correspondendo a 180% do número médio anual de ações emitidas (194% no ano anterior).

Em termos de volume de negócios, as ações BCP representaram 9,6% (1,96 mil milhões de euros) do volume global de transações no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

ÍNDICES EM QUE A AÇÃO BCP PARTICIPA

O título BCP integra mais de 25 índices bolsistas nacionais e internacionais, destacando-se os seguintes:

ÍNDICE	PESO (%)	POSIÇÃO
Euronext PSI Financial Services	20,00%	2
PSI20	2,85%	9
Lisbon General	3,17%	9
NYSE Euronext Iberian	0,29%	29
Euronext 150	0,98%	37
Eurostoxx Total Market	0,55%	54
FTSE Euro mid	0,50%	82

Fonte: Bloomberg.

PRINCIPAIS EVENTOS E IMPACTO NA COTAÇÃO DO TÍTULO

O quadro seguinte sumariza os principais eventos diretamente relacionados com o Banco Comercial Português, ocorridos no ano de 2012, a variação da cotação, quer no dia seguinte, quer nos cinco dias subsequentes, bem como a evolução relativa face aos principais índices de referência nos períodos referidos.

N.º	Data	Facto relevante	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao DJS Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao DJS Banks (5D)
1	30-01-2012	Comunicação do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão	1,5%	1,1%	0,7%	9,8%	6,4%	1,9%
2	31-01-2012	Resultados do Bank Millennium Polónia em 2011	3,0%	2,3%	-0,8%	30,4%	25,4%	22,8%
3	01-02-2012	Decisão de <i>rating</i> da DBRS	1,4%	0,8%	0,4%	33,1%	26,8%	28,8%
4	03-02-2012	Resultados Consolidados de 2011	2,8%	3,0%	3,3%	25,4%	23,0%	26,6%
5	14-02-2012	Decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's	1,1%	1,5%	-0,6%	-2,8%	-1,4%	-6,6%
6	16-02-2012	Decisão de <i>rating</i> da Moody's	0,0%	-0,2%	-1,4%	-8,1%	-6,2%	-7,0%
7	20-02-2012	Emissão de dívida garantida pela República Portuguesa	-1,1%	-0,4%	-0,5%	-10,8%	-8,9%	-6,6%
8	28-02-2012	Deliberações da Assembleia Geral	0,0%	0,0%	-0,4%	-3,5%	-2,0%	-0,6%
9	01-03-2012	Conclusão do Programa Especial de Inspeções	0,0%	-0,6%	-0,6%	-3,5%	-2,9%	-1,3%
10	29-03-2012	Decisão de <i>rating</i> da Moody's	1,5%	1,0%	0,4%	-7,3%	-4,1%	-3,8%
11	23-04-2012	Resultados Consolidados de 2011 – atualização	-1,9%	-2,6%	-3,9%	-0,9%	-3,5%	-3,9%
12	27-04-2012	Resultados do Bank Millennium na Polónia no 1.º trimestre de 2012	-0,9%	-2,2%	0,2%	-3,7%	-3,7%	-0,3%
13	07-05-2012	Resultados Consolidados do 1.º trimestre de 2012	-0,9%	-1,8%	1,0%	-9,1%	-4,7%	-2,8%
14	04-06-2012	Plano de recapitalização	-7,3%	-7,8%	-8,1%	-6,2%	-7,2%	-11,6%
15	18-06-2012	Decisão de <i>rating</i> da Fitch	-3,0%	-5,6%	-6,6%	-4,0%	-5,6%	-4,5%
16	25-06-2012	Deliberações da Assembleia Geral	0,0%	2,0%	0,9%	5,2%	1,9%	0,1%
17	29-06-2012	Emissão de instrumentos híbridos qualificáveis como capital <i>Core Tier 1</i>	3,1%	0,8%	1,2%	0,0%	-0,9%	1,4%
18	11-07-2012	Decisão de <i>rating</i> da Fitch	0,0%	0,0%	1,8%	-1,0%	-2,3%	1,1%
19	17-07-2012	Decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's	0,0%	-0,2%	-0,8%	-5,1%	2,4%	0,6%
20	24-07-2012	Resultados do Bank Millennium no 1.º semestre de 2012	0,0%	1,1%	-0,5%	1,1%	-3,4%	-7,6%
21	27-07-2012	Resultados Consolidados no 1.º semestre de 2012	0,0%	-1,5%	-3,1%	-1,1%	-1,5%	-4,7%
22	05-09-2012	Deliberação de aumento de capital	-2,4%	-4,8%	-6,7%	34,4%	28,1%	25,0%
23	03-10-2012	Resultados do exercício de capital EBA	3,0%	3,6%	2,6%	7,6%	7,7%	8,5%
24	29-10-2012	Resultados do Bank Millennium Polónia nos primeiros nove meses de 2012	1,4%	-2,1%	0,1%	1,4%	1,3%	-0,7%
25	05-11-2012	Resultados Consolidados nos primeiros nove meses de 2012	1,4%	1,0%	0,2%	0,0%	1,0%	0,5%
26	06-11-2012	Esclarecimento ao mercado sobre o Millennium Bank S.A. na Grécia	0,0%	1,3%	2,0%	0,0%	1,4%	1,7%
27	03-12-2012	Resultados do programa de inspeções à construção e promoção imobiliária	0,0%	-0,5%	-0,7%	-1,4%	-4,2%	-2,1%
28	04-12-2012	Decisão de <i>rating</i> da Moody's	1,4%	-0,4%	0,8%	0,0%	-4,4%	-0,4%
29	05-12-2012	Decisão de <i>rating</i> da DBRS	0,0%	-0,5%	-0,6%	0,0%	-3,5%	-0,2%

Mais concretamente, nos primeiros dias de 2012, foram formalmente submetidos ao Banco de Portugal os pedidos de autorização para a utilização de modelos internos de notação para as exposições relativas a Promoção Imobiliária em Portugal, bem como para a utilização de estimativas próprias para os parâmetros LGD e CCF para a classe de risco Empresas (em Portugal).

Na Polónia, o Grupo obteve aprovação da abordagem IRB para as exposições da Carteira de Retalho colateralizadas por imóveis residenciais e para as exposições representadas por posições renováveis dessa carteira. Já no início de 2013, o Banco de Portugal concedeu a extensão de autorização IRB solicitada relativamente às estimativas próprias para os parâmetros CCF aplicáveis às exposições da classe de risco Empresas já abrangidas por esta metodologia.

No que se refere ao risco operacional, o Grupo tomou a decisão de vir a solicitar ao Banco de Portugal, em 2013, autorização para a utilização do Método de Medição Avançada (*Advanced Measurement Approach – AMA*) na determinação dos requisitos regulamentares de capital relativos a este tipo de risco. Assim, ainda no último trimestre de 2012, foram já dados alguns passos na preparação desta candidatura, que trará benefícios ao Grupo por implicar o aperfeiçoamento do elevado grau de sofisticação atual, no que se refere à gestão e aos mecanismos de controlo e mitigação dos riscos operacionais.

ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO

As alterações ao modelo de governo societário do Banco Comercial Português verificadas no primeiro semestre de 2012 implicaram alguns ajustamentos de pormenor ao governo da Gestão de Risco, após o reforço da mesma levada a cabo no último trimestre de 2011, com a instituição, pela Comissão de Risco, da Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito (SCARC).

Esta Subcomissão – cuja composição e competências se detalham mais adiante – reuniu-se quinzenalmente ao longo de 2012, acompanhando sistematicamente a evolução dos indicadores de crédito vencido e imparidade, bem como os casos individualmente significativos de Clientes em processo de recuperação de crédito.

Recorde-se que a Comissão de Risco e as respetivas Subcomissões de acompanhamento de tipos de risco específicos – como sejam a já citada SCARC e a Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões (SCRFP) – são órgãos executivos (que emanam da Comissão Executiva do CA do BCP), enquadrando-se no *framework* global da gestão e controlo de risco, conforme representado graficamente na figura seguinte:

